

Constituinte "não será intimidada", afirma Ulysses

Janio de Freitas

Com o pires na mão

O presidente Sarney fez o que o general Figueiredo guardou nas ameaças e no humor: chamou o Pires. E o general Leonidas Pires Gonçalves não vacilou, no cumprimento do seu papel histórico de ministro do Exército.

Ao decretar que "é inaceitável" o projeto de Constituição entregue pelo relator Bernardo Cabral, o general propôs sem explicitar, mas não se pode supor que sem querer, uma questão divertida: e se, contra todas as probabilidades, a Comissão de Sistematização aceitasse o projeto e o remetesse ao plenário, para a quase certa aprovação — o que aconteceria?

O silêncio do ministro sobre esta questão não tem o sentido das incógnitas, mas o peso da eloquência. E a bondade de dispensar-nos a lembrança, mesmo a título de hipóteses, tanto do que fizeram os generais Costa e Silva, Geisel e outros ao considerarem algo inaceitável, como a eterna anedota do ou dá ou desce (brigam os ornitólogos pela escolha da ave-símbolo do Brasil). A representativa vitalidade daquela piada esvazia a discussão: a ave-símbolo só pode ser o papagaio, que fala sem pensar e, pela cor, já está vestido a caráter).

A amplitude e o radicalismo do pronunciamento do ministro Pires Gonçalves são obras atribuídas, ambas, ao presidente Sarney e ao consultor-geral Saulo Ramos. Este, aliás, além de co-autor da formulação real, autor também de acréscimos, na versão que passou à imprensa, ao pronunciamento do general. Que, pela reação conhecida, mostrou-se surpreso com os acréscimos, mas não aborrecido. O que talvez se explique pela identidade entre acrescentador e acrescido, como homens igualmente às direitas. Mas, pessoalmente, o que o ministro considera

"inaceitável" no projeto é o adendo, feito à última hora por Cabral, subordinando a intervenção interna das Forças Armadas à "iniciativa dos poderes constituídos".

A repulsa do ministro implica afirmar que as Forças Armadas estão à margem dos poderes constituídos. Se reconhecidas por seus responsáveis como parte deles, e uma vez que o texto de Cabral não especifica qual de tais poderes caberia "a iniciativa" de determinar a intervenção, o adendo teria resultado no oposto de sua intenção. Ou seja, as Forças Armadas, como parte dos poderes constituídos, poderiam ter a iniciativa da intervenção. Não fosse, portanto, a aversão a "poderes constituídos", teria sido possível a leitura atenta do novo parágrafo e, para surpresa de seu autor, até o agradecimento do ministro.

A soberania da Constituinte ocorreria de qualquer modo, porém. Como disse o general, a Constituinte "não está refletindo a vontade do governo". E a evolução da cultura política brasileira ainda não levou a saber que ninguém é ministro do governo, nem, muito menos, do presidente, mas ministro do país. De pires em uma das mãos, em busca de apoio para obter o mandato e o regime de seu desejo, era fácil ao presidente ocupar a outra com o outro.

Agradecimentos

Agradeço aos formandos de Comunicação da Universidade de Juiz de Fora, MG, que me elegeram paraninfo. A todos desejos que, daqui a 20, 25 anos, quando estiverem paraninfoando novos jornalistas e escrevendo sobre pronunciamentos autoritários de um ministro militar, sua mensagem aos formandos possa conter alguma esperança de que, um dia, a sociedade brasileira seja conduzida com certa civilidade e um pouco de respeito.

Da Sucursal de Brasília

"A Constituinte será sempre independente, não será intimidada por nenhuma força", afirmou ontem o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, ao sair de uma conversa de pouco mais de uma hora com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Ulysses disse que analisou com o presidente o substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) à Comissão de Sistematização na quarta-feira, e que "não sentiu" o presidente com "intenção de influir" no Congresso constituinte.

Ulysses reiterou, depois, que o Congresso "vai agir com independência em relação aos assuntos que lhe são entregues". Quanto às declarações do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, criticando a proposta do substitutivo sobre a anistia dos militares, ele afirmou ter "certeza de que o general Leonidas não teve a intenção de intimidar a Constituinte. Ele fez referência a assunto relativo à sua pasta e em uma reunião de ministros".

O presidente do Congresso constituinte também não acredita que o ministro do Exército tenha falado "por encomenda" do presidente Sarney. "O presidente não precisa de interlocutores, até porque já tem o seu porta-voz conhecido", Ulysses, ao afirmar que "não sentiu" intenção do presidente em influir sobre os parlamentares, disse que "Sarney, como político experiente, sabe que o Legislativo ou é independente ou não cumpre o que está na Constituição, ou seja, a independência dos poderes".

Sarney e Ulysses analisaram juntos o substitutivo, principalmente a questão do orçamento da União e a parte reservada aos Estados e municípios. "O presidente, como todo brasileiro, tem suas observações sobre o substitutivo do Bernardo Cabral", afirmou Ulysses, que reconheceu, também, que o trabalho "não é perfeito, tem suas falhas", e reafirmou sua posição presidencialista. "Reitero que sou presidencialista pela milionésima vez, mas um presi-



Ulysses Guimarães

dencialismo' em que o Parlamento tenha mais poderes, possa exercer função fiscalizadora".

Ulysses afirmou que a declaração do ministro do Exército repercutiu mal no Congresso constituinte: "Houve reações fortes, e isto é natural". Mas pelo menos um parlamentar reconheceu ontem como "legítimas" as declarações do general Leonidas Pires Gonçalves: o deputado Siqueira Campos (PDC-GO). Segundo Siqueira, "é descabido" afirmar que foi uma ameaça, porque o ministro "tem todo o direito de se manifestar".

Sarney pode interferir em favor do presidencialismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney vai interferir diretamente no Congresso constituinte, exigindo das forças que o apóiam um trabalho em favor da manutenção do sistema presidencialista de governo na nova Constituição. A informação foi prestada ontem pelo porta-voz do presidente, Antônio Frota Neto, 45, ao apresentar uma pesquisa do Instituto Gallup que aponta uma preferência da população brasileira pelo presidencialismo.

"Esta pesquisa é uma radiografia da tendência nacional, e o governo Sarney está empenhado em traçar o perfil da preferência da população pelo sistema de governo", disse Frota. Ele afirmou que "a tendência da sociedade deve prevalecer dentro da Constituinte, e o governo vai trabalhar nesta posição". O porta-voz disse que a pesquisa foi encaminhada ao governo pelo Gallup na última terça-feira, sem determinar quem havia encomendado a consulta.

Foram ouvidas 1.917 pessoas em 20 Estados. Deste total, 44% preferem o sistema presidencialista e 33% preferem o parlamentarismo, sendo que 23% não opinaram. A maioria da população brasileira (68%) já ouviu falar nos dois sistemas. Entre as classes sociais, o presidencialismo tem maiores adeptos na classe A (total de 56%), mas é majoritário em todas elas. O parlamentarismo al-

cança seu maior índice na classe B (39%), mas mesmo aí não consegue bater o presidencialismo, que é preferido por 46% dos consultados.

A pesquisa também detalha as preferências por região do país. Em todas, a preferência recai no presidencialismo, que atingiu seu maior índice nas regiões Norte e Centro-Oeste, com 50%, contra 27% de parlamentaristas e 23% que não opinaram. O parlamentarismo alcança maior número de adeptos no Nordeste (38%, contra 41% de presidencialistas) e no Sul (35% contra 41% de presidencialistas), enquanto no Sudeste 44% são presidencialistas e 32% parlamentaristas, com 24% de abstenções.

Segundo a pesquisa, o partido político que tem a preferência da maioria da população ainda é o PMDB, com 313 votos em um total de 1.308 pessoas que responderam. Mas é o PDT o mais lembrado, com 73,6% de citações como primeiro, segundo ou terceiro partido na preferência dos consultados. Por este critério, depois do PDT vêm o PDS (72,8%), o PT (72%) e o PMDB (67,7%), o PTB (66,2%) e o PFL (62%).

A pesquisa mostra que, das 1.917 pessoas ouvidas, apenas quatro preferem um regime "militarista". Destas, três têm idade entre 30 e 49 anos e uma tem mais de 50. Escolheram o sistema "ditadura" três pessoas, também de idade avançada.

Para Mário Covas, críticas ao esboço são 'referências'

Da Sucursal de Curitiba

O senador Mário Covas (PMDB-SP) disse ontem em Curitiba (PR) que "não superdimensiona" as reações contrárias ao anteprojeto de Constituição divulgado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da comissão de Sistematização, e afirmou que aceita como "ponto de referência e não intervenção" as declarações do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, feitas na reunião ministerial de quinta-feira. Para Covas, as declarações de Leonidas "merecem consideração como manifestações legítimas, que podem ser feitas desde um camponês até um ministro de Estado, mas não alteram a soberania da Constituinte".

Mário Covas apenas discordou do ministro do Exército na observação de que o governo tem de fazer prevalecer na Constituinte a maioria da Aliança Democrática. O senador afirmou que "não acho que a maioria de apoio ao governo deve se reproduzir na Constituinte. Constituinte é outra coisa, vai definir princípios para o país".

Para Covas —que participou em Curitiba de um encontro regional do PMDB— não há motivo para pessimismo em torno do anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que é apenas uma etapa dentro da "mecânica de aperfeiçoamento sucessivo" da Constituinte, através das comissões. O senador paulista acha que o anteprojeto "para o momento atual já melhorou muito com relação ao que saiu da comissão de sistematização, e ainda vai ser aprimorado até chegar ao plenário". Covas disse encarar as reações contrárias como "normais", porque, segundo ele, "as críticas mostram que já se tem um razoável meio-termo, e são normais. Quem é conservador reclama de pontos que avançaram demais, e quem é progressista reclama dos pontos em que se considera o avanço insuficiente".

Affonso Camargo confirma que deverá ingressar no PTB

Da Sucursal de Curitiba

O senador paranaense Affonso Camargo Neto confirmou ontem em Curitiba (PR) que vai acertar esta semana sua saída do PMDB e a entrada no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Affonso se reúne na terça-feira com o presidente do PTB, Paiva Muniz, e além da sua posição crítica com relação ao PMDB, disse ver como motivo para a mudança o "desafio de fazer o PTB retornar às suas origens dentro do trabalho".

Affonso Camargo, senador nomeado pelo presidente Geisel em 1978 pela Arena, foi um dos fundadores do extinto Partido Popular (PP) e participou em 1984 da campanha presidencial, como um dos principais

articuladores da candidatura de Tancredo Neves pelo PMDB, mas vinha se distanciando da direção do partido desde a sua reeleição para o Senado, em novembro passado. Para evitar o isolamento dentro do partido, Affonso iniciou as conversações com o PTB e vai concretizar a mudança na próxima semana, para "buscar um novo espaço" para suas idéias.

O senador paranaense —que iniciou a carreira na democracia cristã— disse que "circunstancialmente" sempre se viu obrigado a participar das "frentes partidárias" existentes no país. Para ele, o momento atual de reorganização partidária é favorável a uma mudança e à busca de uma nova legenda.